

MARCO DANTAS DA ROCHA

UTILITARISMO E TEORIA NEOCLÁSSICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A NATUREZA IDEOLÓGICA DA CIÊNCIA ECONÔMICA

Recebido em 30/06/2022

Aprovado em 22/11/2022

UTILITARISMO E TEORIA NEOCLÁSSICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A NATUREZA IDEOLÓGICA DA CIÊNCIA ECONÔMICA

Resumo

Este trabalho visa discutir a natureza ideológica da teoria econômica neoclássica. Para tanto, em primeiro lugar, examina-se a noção de ideologia, bem como a questão da neutralidade ideológica e sua possível vinculação a uma visão de mundo conservadora. Em seguida, apresenta-se o utilitarismo como um dos candidatos a elemento ideológico da economia neoclássica, além de algumas de suas potenciais implicações teóricas e práticas. Por fim, são expostos e comentados argumentos em defesa da racionalidade que sustenta o edifício teórico neoclássico e são exploradas, dentro das limitações existentes, questões que poderiam surgir a partir das reflexões apresentadas.

Palavras-chave: ideologia; economia neoclássica; utilitarismo; utilidade; racionalidade.

MARCO DANTAS
DA ROCHA

Bacharel em Ciências Econômicas
pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: marcodantasdr@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6805-1435>

Abstract

This work aims to discuss the ideological nature of neoclassical economics. In order to do so, it first examines the notion of ideology, as well as the question of ideological neutrality and its possible connection with conservative standpoints regarding society and its organization. Next, it presents utilitarianism as one of the candidates for an ideological element of neoclassical theory, in addition to some of its potential theoretical and practical implications. Finally, it exposes and comments arguments in defense of neoclassical rationality and explores, within the existing limitations, questions that could arise from the considerations presented.

Keywords: ideology; neoclassical economics; utilitarianism; utility; rationality.

I. Introdução

A discussão sobre a natureza ideológica da teoria econômica neoclássica possui longo histórico. Robinson (2021, p. 2, tradução nossa), por exemplo, declara que “a própria ciência econômica (isto é, o assunto como é ensinado nas universidades e cursos e ao qual se faz menção em editoriais) sempre foi, por um lado, um veículo para a ideologia dominante de cada período, bem como, por outro, um método de investigação científica”. Myrdal (1990, p. xlvii, tradução nossa), por sua vez, afirma que “todo economista está dolorosamente ciente da existência de uma dúvida generalizada acerca do suposto caráter ‘científico’ da ciência econômica. A desconfiança é, com efeito, justificada”.

Em sua descrição da simbiose entre ciência e ideologia na teoria econômica, Schumpeter (2008, p. 211) aponta a posição intermediária ocupada pela maioria dos economistas nos debates entre aqueles que concebem a ciência econômica como irremediavelmente viciada e aqueles que negam totalmente a existência de ideologia em sua essência. Ainda assim, diante da constatação de que sempre haverá algum vestígio ideológico no trabalho científico, Schumpeter (2008, p. 220) expressa sua confiança no aperfeiçoamento de testes capazes de atenuar de forma cada vez mais eficaz o viés ideológico intrínseco à atividade dos chamados cientistas econômicos.

Visto que diretrizes e políticas calcadas na ortodoxia econômica integram o conjunto de códigos que compõem o arranjo social corrente (ROBINSON, 2021, p. 4; KEITA, 1993, p. 67), a compreensão do mundo atual exige o exame dos elementos ideológicos que compõem a teoria neoclássica. Admitiremos, como Aristóteles (1973, p. 250), que “nossa discussão será adequada se tiver tanta clareza quanto comporta o assunto, pois não se deve exigir a precisão em todos os raciocínios por igual”. Assim, conforme o alerta de Robinson (2021, p. 23, tradução nossa) a respeito da combinação entre ciência, ideologia e economia, devemos estar cientes de que “não encontraremos respostas ordenadas para as perguntas que ela suscita. A principal

característica da ideologia dominante em nossa sociedade hoje é sua extrema confusão. Entendê-la significa tão somente revelar suas contradições”.

Além desta introdução e da conclusão, três seções compõem este trabalho. Na primeira, discutimos a concepção de ideologia e a possibilidade da neutralidade ideológica; na segunda, na tentativa de identificar os alicerces ideológicos do edifício teórico neoclássico, oferecemos uma breve descrição do contexto histórico-social em que foram lançadas as bases da revolução marginalista; além disso, debatemos o utilitarismo e duas de suas possíveis expressões nas formulações neoclássicas: as noções de utilidade e racionalidade. Por fim, na terceira seção, apresentamos e comentamos argumentos dos defensores da abordagem neoclássica.

2. A concepção de ideologia

No intuito de esclarecer os mal-entendidos que podem decorrer do uso irrefletido da palavra “ideologia”, Mannheim (1998, p. 49-50) apresenta dois sentidos para o termo: o primeiro, associado ao senso comum, é chamado de “particular”, e pode ser entendido como um disfarce retórico consciente com vistas à manipulação da realidade; o segundo recebe o nome de “total”, e alude à estrutura mental — que se desdobra em opiniões e comportamentos específicos — de uma época ou de um grupo. Ao rejeitar o primeiro sentido e adotar o segundo como aquele que melhor descreve a noção de ideologia, Mannheim (1998, p. 51, tradução nossa) afirma:

Quando atribuímos um mundo intelectual a um período histórico e outro a nós mesmos, ou se um determinado estrato social historicamente determinado pensa em categorias diferentes das nossas, não cabe falar de casos isolados associados ao conteúdo do pensamento, mas de sistemas de pensamento fundamentalmente divergentes e de modos de experiência e interpretação amplamente distintos.

O sentido total de ideologia remete à visão de mundo incutida nos indivíduos a partir de sua situação social (MANNHEIM, 1998, p. 51). Para Mannheim

(1998, p. 52), a existência desse quadro geral de referência é externa aos indivíduos, mas se instrumentaliza neles, de modo que seus juízos são amparados por uma base sistemática de conceitos que compõem a totalidade de um mundo mental. Assim, em um debate, “começamos a tratar as visões de nosso adversário como ideologias quando deixamos de considerá-las mentiras calculadas” e entendemos sua gênese social (MANNHEIM, 1998, p. 54, tradução nossa).

Mészáros (2012, p. 65), por seu turno, separa a ideologia de elementos como ilusão e superstição e a define como uma forma de consciência social notadamente prática, ancorada nas contradições reais do arranjo social. Por outro lado, a dimensão prática da ideologia também alimenta sua dimensão intelectual, com implicações de longo alcance em áreas como arte, literatura, filosofia e teoria social, como deixa claro o autor ao afirmar que “é esta orientação prática que define também o tipo de racionalidade apropriado ao discurso ideológico” e que os interesses veiculados por meio do discurso adotado devem ser vistos como “indicadores práticos bem fundamentados e estímulos efetivamente mobilizadores” (MÉSZÁROS, 2012, p. 66).

Se adotarmos, portanto, a concepção de ideologia acima descrita — o sentido total de Mannheim (1998, p. 50), que, em alguma medida, coincide e se complementa com o conjunto de princípios norteadores da ação social descrito por Mészáros (2012, p. 65) —, temos razões para suspeitar que a adoção de um paradigma teórico a partir do qual todas as hipóteses são elaboradas, defendidas e refutadas implica a permanência no interior de um sistema de pensamento que limita as escolhas consideradas aceitáveis e influencia diretamente o comportamento dos indivíduos. Desse modo, precisamos nos questionar sobre a possibilidade de eliminação da ideologia na elaboração de diagnósticos e prescrições baseados nos critérios considerados científicos em nossa sociedade.

Nesse sentido, Mészáros (2012, p. 60) denuncia a forte carga ideológica inerente ao discurso que se apresenta como ideologicamente neutro. Para o autor, “a verdade é que em nossas sociedades tudo está ‘impregnado de

ideologia” (MÉSZÁROS, 2012, p. 56). Embora a discussão feita na versão original de seu livro se refira à tendência de valorização da suposta neutralidade científica que predominava nas décadas de 1970 e 1980, o diagnóstico de que essa pretensa imparcialidade serve como ferramenta de naturalização de uma série de manifestações da visão de mundo liberal-conservadora (MÉSZÁROS, 2012, p. 57-58) permanece bastante atual.

Com base em sua definição de ideologia, Mészáros (2012, p. 243) observa a sociedade organizada de acordo com princípios capitalistas e afirma que uma de suas principais características é seu suposto pluralismo. Em sua visão, contudo, tal abertura à multiplicidade de visões é falsa, pois exclui de seu escopo a contestação aprofundada dos parâmetros fundacionais da ordem vigente. Assim, o “pluralismo capitalista” é tolerante com pontos de vista divergentes, desde que tomem como ponto de partida a própria racionalidade capitalista (MÉSZÁROS, 2012, p. 244).

Dadas tais condições, Mészáros (2012, p. 245) destaca a eficiência do apelo à autoridade da ciência na apresentação pretensamente neutra e objetiva de certos compromissos de valor que guiam as ações e pensamentos de indivíduos e grupos sociais. Tal constatação é dificultada pelo fato de que a função da própria ciência nas contendas ideológicas é mutável e, muitas vezes, contraditória, como demonstram, por exemplo, sua contribuição na luta promovida pelo movimento iluminista contra o Antigo Regime e o papel eminentemente conservador que assumiu desde então (MÉSZÁROS, 2012, p. 246).

Segundo Mészáros (2012, p. 246), uma vez vencidas as barreiras ideológicas típicas do período absolutista, estabeleceu-se uma nova relação entre ciência, tecnologia e indústria, e, conseqüentemente, um novo conjunto de argumentos ideológicos compatíveis com o mundo gerado pela Revolução Industrial. O discurso da época passou, então, a exaltar a possibilidade de eliminação das mazelas da sociedade industrial por meio do aumento da

¹ Para um exemplo da adoção do pluralismo como método nos estudos econômicos, ver Bloch (2022).

produção de bens (MÉSZÁROS, 2012, p. 246; URBINA; RUIZ-VILLAVERDE, 2019, p. 80), aumento este obtido graças a avanços científicos e tecnológicos. Ainda de acordo com o autor, até mesmo a tradição socialista viu com bons olhos tal associação, embora o próprio Marx tenha notado que a ciência se submetia aos mesmos mecanismos de poder que influenciavam as demais atividades da sociedade (MÉSZÁROS, 2012, p. 247-248).

No século XIX, mesmo diante das tentativas de situar o desenvolvimento científico em uma perspectiva socialmente condicionada, o “positivismo acrítico” se firmou como abordagem dominante, fato que resultou na extirpação da dimensão histórica das análises pautadas na visão de mundo hegemônica (MÉSZÁROS, 2012, p. 250). Desse modo, alinhado aos interesses dos grupos sociais favoráveis à associação entre progresso científico e desenvolvimento econômico, o cientificismo assumiu a posição de “quadro de referência comum para uma multidão de ideologias diferentes”, e “a autoridade da ciência [...] foi utilizada para disfarçar a substância social conservadora dos pontos de vista defendidos” (MÉSZÁROS, 2012, p. 250-251).

No entanto, para Mészáros (2012, p. 301), é no campo da metodologia que o “mito da neutralidade ideológica” se manifesta de forma mais contundente. Em sua visão, a ideia de que a aplicação do método científico adequado seria capaz de eliminar as discordâncias relativas aos juízos de valor envolvidos na atividade científica possui “forte viés ideológico conservador”, pois desqualifica, “em nome da própria *metodologia*, todas as abordagens que não se ajustam àquela estrutura discursiva” (MÉSZÁROS, 2012, p. 301-302, grifo do autor). Portanto, aceitar que a suposta neutralidade do método produz soluções axiologicamente neutras é negligenciar “a importantíssima questão da *possibilidade* da neutralidade sistemática no plano da própria metodologia” (MÉSZÁROS, 2012, p. 301, grifo do autor).

Em suma, Mészáros (2012, p. 302-203) entende que a adoção de um padrão metodológico que uniformiza ações e pensamentos de grupos sociais dotados de interesses antagônicos tem, do ponto de vista dos apologetas sociais, a conveniente função de interditar a contestação das bases de organização

da sociedade. Diante disso, somente o abandono da “ficção da neutralidade metodológica e metateórica” tornaria possível a superação do pretense discurso racional que asfixia as humanidades e as ciências sociais (MÉSZÁROS, 2012, p. 303). Mézáros (2012, p. 303) conclui, então, que “a tarefa da desmistificação ideológica é inseparável da investigação do inter-relacionamento dialético complexo entre os métodos e os valores, do qual nenhuma teoria ou filosofia social consegue escapar”.

Muitos economistas discordariam dessa conclusão. Não é o caso de Robinson (2021, p. 3), cujas ponderações acerca das relações entre ideologia e ciência econômica apresentam dois atributos que conferem relevância às orientações de natureza ideológica: primeiro, seu papel na formação de diretrizes para a conduta humana; em segundo lugar, sua imprescindibilidade no processo de formulação das hipóteses que alimentam a investigação científica. Este último ponto de vista converge com o de Schumpeter (2008, p. 220), para quem a “visão” inicial do cientista, embora seja a própria fonte da ideologia na ciência, constitui elemento indispensável da atividade científica.

Robinson (2021, p. 4) estabelece uma analogia entre a ideologia, tomada em sua dimensão prática, e o instinto observado nos animais, com a diferença de que, enquanto este possui caráter inato, aquela deve ser ensinada. Mézáros (2012, p. 65) parece concordar com a economista de Cambridge quando define uma luta ideológica como “a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos”. Na interpretação de Robinson (2021, p. 6-8), a ideologia é infundida nas consciências individuais na forma de um senso moral compatível com as normas vigentes em cada sociedade, e sua atuação é dupla: de um lado, instrumento de imposição de determinadas noções de certo e errado; de outro, estímulo à adoção das condutas consideradas adequadas.

O mesmo acontece em relação às formas de organização da vida material. Como afirma Robinson (2021, p. 12), a sustentação de um sistema econômico

se dá com base em um tripé formado por: 1) um conjunto de regras de ação; 2) uma ideologia, cuja função é emprestar legitimidade a esse conjunto de regras; e 3) indivíduos dotados de uma consciência específica voltada para a aceitação das normas vigentes. Nesse sentido, a validação de tal sistema constitui um dispositivo que atua no campo descrito por Bachrach e Baratz (1963, p. 641) como a esfera da tomada de não decisão, ou seja, a limitação das opções de deliberação disponíveis a um leque de possibilidades compatíveis com as prescrições e os procedimentos dominantes na comunidade.

Assim, Robinson (2021, pp. 12-13) atribui aos economistas a função de, por meio do emprego do poder intrínseco às proposições metafísicas da teoria econômica e de um vocabulário eivado de juízos de valor, lidar os mecanismos subjacentes à ordem capitalista, de modo a confortar a consciência dos agentes econômicos em suas ações no interior do sistema. Sua função é, portanto, “justificar os caminhos de Mamom para a humanidade” e “demonstrar por que aquilo que fazemos de um modo ou de outro está de acordo com princípios apropriados” (ROBINSON, 2021, p. 19, tradução nossa). Argumento semelhante é apresentado por Urbina e Ruiz-Villaverde (2019, p. 80), que apontam a eficácia na legitimação moral e ideológica do capitalismo como a razão para o sucesso e a persistência do paradigma neoclássico — baseado na associação entre o comportamento humano e a racionalidade do *homo economicus*² —, mesmo diante de suas fragilidades.

As formulações de Mannheim (1998, p. 52), Robinson (2021, p. 4) e Mészáros (2012, p. 65) indicam, portanto, uma concepção de ideologia, a saber: o conjunto de noções socialmente aceitas que orientam a conduta dos indivíduos dentro de uma sociedade. Ao mesmo tempo, a observação de Mészáros (2012, p. 65) de que as origens da ideologia se encontram na realidade do arranjo social nos mostra que, para que possamos identificar os traços ideológicos do pensamento neoclássico, faz-se necessária uma investigação acerca do contexto histórico e social que deu origem às formulações

² Retomaremos este assunto com maiores detalhes na seção 4 deste trabalho.

essenciais da teoria neoclássica, bem como de elementos em seu interior que possam indicar com maior clareza sua natureza ideológica.

3. Ciência econômica e ideologia

A história nos oferece uma chave para a compreensão de aspectos ideológicos da teoria econômica neoclássica. Rubin (2014, p. 426), por exemplo, aponta a desconexão crescente, ao longo da primeira metade do século XIX, entre o mundo intelectual de Adam Smith e David Ricardo e o comportamento de certos segmentos sociais britânicos como uma das causas da decadência da economia clássica. Isso seria visível na obra de John Stuart Mill, em que o descompasso entre filosofia social e formulações econômicas anuncia a necessidade do surgimento de novas justificativas para as condutas dos grupos sociais dominantes (RUBIN, 2014, p. 430).

Tal incongruência se manteve até o início dos anos 1870, que, conforme o relato de Screpanti e Zamagni (2005, p. 163-164), foram marcados pelo aprofundamento de transformações estruturais, produtivas, corporativas e sociais que vinham em processo de maturação desde os decênios anteriores. Pode-se mencionar, entre outras mudanças, os primeiros sinais de uma crise generalizada do sistema capitalista, a ascensão das companhias limitadas, as fusões e aquisições que deram origem a grandes conglomerados empresariais, os conflitos sociais observados em diversos países industrializados, a adoção do padrão-ouro e o fortalecimento de tendências protecionistas (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 163-164). Segundo Hobson (2005, p. 19), a década de 1870 se caracterizou, também, pelo florescimento de uma consciência imperialista bem definida.

Esse contexto deu origem a três livros que marcaram o início da mudança de paradigma teórico que recebeu o nome de revolução marginalista: *A Teoria da Economia Política* (1871), de William Stanley Jevons; *Princípios de Economia Política* (1871), de Carl Menger; e *Elementos de Economia Política Pura* (1874-1877), de Léon Walras (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 164).

Segundo Screpanti e Zamagni (2005, p. 164-165), a partir dos anos 1880, após algum silêncio em relação às ideias contidas nas obras citadas, o antigo sistema clássico havia sido inteiramente substituído pela nova ortodoxia econômica. Consolidavam-se, pois, a partir do triunfo do Marginalismo, as bases neoclássicas (ROTHSCHILD, 2008, p. 725).

Entre os atributos da nova corrente de pensamento estavam: o foco na alocação de recursos — em vez da atenção dedicada pelos clássicos ao problema da riqueza —; a adoção do princípio da substituição, tanto na teoria do consumidor quanto na teoria da firma; o individualismo metodológico, cuja principal consequência foi a primazia do comportamento individual diante da atuação de corpos políticos e sociais; e a teoria do valor subjetivo, segundo a qual um objeto tem valor se for desejado por algum indivíduo — com base nisso, a questão da distribuição de renda entre as classes sociais deu lugar à preocupação com a determinação dos preços dos serviços e dos fatores de produção (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 165-167).

No entanto, duas características do corpo teórico neoclássico parecem demonstrar com maior nitidez sua carga ideológica. Primeiro, o fato de que, nas formulações marginalistas, as leis econômicas ganharam validade universal e afirmaram sua coloração a-histórica, o que implicou a supressão das relações sociais do escopo da nova ciência econômica (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 166-167). Trata-se do já mencionado movimento de legitimação ideológica descrito por Mészáros (2012, p. 250). Em segundo lugar, a intensificação do acento utilitarista da teoria, o que reforçou a ideia de que o comportamento humano é redutível a cálculos voltados à maximização da satisfação (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 166).

Myrdal (1990) tem algo a dizer sobre o assunto. Após afirmar que a teoria econômica, “assim como outros sistemas políticos e utopias, tem como base a filosofia do direito natural e foi desenvolvida sob a poderosa influência da filosofia social utilitarista” (MYRDAL, 1990, p. 23, tradução nossa), o autor argumenta que tanto os jusnaturalistas quanto os adeptos do utilitarismo “tentaram definir regras práticas de conduta por meio da especulação

teórica e, portanto, apresentavam baixo senso de relatividade histórica” (MYRDAL, 1990, p. 25, tradução nossa). As características elencadas no parágrafo anterior são, portanto, intimamente relacionadas.

O resultado disso é o caráter a-histórico da teoria econômica neoclássica. Como afirmou Myrdal (1990, p. 34), o fato de a teoria econômica moderna ter surgido na Grã-Bretanha explica seu veio utilitarista e hedonista, bem como sua forte tendência ao empirismo. Destarte, manifestações pontuais do viés ideológico presente na economia neoclássica estão fundamentadas na ausência da noção de história, traço que permeia noções como a interdependência dos fenômenos econômicos, o equilíbrio virtual e o papel da margem na formação dos preços (MYRDAL, 1990, p. 53).

Como dissemos, tal fundamento ideológico se desdobra em sintomas pontuais. O primeiro a ser contemplado em nossa pesquisa está associado à ideia de utilidade, cuja vinculação ao utilitarismo — evidente logo de saída — ganha ainda mais clareza nas formulações de Jevons (1988, p. 47), para quem o prazer e o sofrimento são os temas principais da ciência econômica. Assim, uma vez definido um bem como “qualquer objeto, substância, ação ou serviço que é capaz de proporcionar prazer ou afastar sofrimento”, devemos entender por utilidade “a qualidade abstrata que torna um objeto apropriado para nossos fins, caracterizando-o como um bem. Tudo que é capaz de gerar prazer ou evitar sofrimento *pode* possuir utilidade” (JEVONS, 1988, p. 47, grifo do autor).

A partir do pressuposto de que a ciência econômica se baseia nas leis do prazer humano, Jevons (1988, p. 48-49) afirma que “a teoria econômica deve começar por uma teoria correta do consumo” e que esta seria, portanto, a base científica da Economia. Materializa-se nitidamente, aqui, o esfriamento do interesse na questão da riqueza e a mudança do foco em direção à alocação de recursos — deslocamento teórico para o qual chamaram atenção Screpanti e Zamagni (2005, p. 165) —, ao mesmo tempo que se abre a oportunidade para a adoção do princípio da substituição e se estabelece, conseqüentemente, o primado do consumidor.

As afirmações de Jevons (1988), porém, não representam inovações no que tange à supremacia do prazer e das vontades humanas como foco dos esforços teóricos dos aspirantes a cientistas econômicos. Com efeito, Banfield (1845, p. 11) já havia classificado a conjugação entre necessidades e aspirações dos indivíduos como o diagrama a partir do qual deveriam ser elaboradas as teorias da produção e do consumo. De acordo com o autor, reside na relação entre carências e desejos “a chave da verdadeira teoria do valor. Sem o valor relativo inerente aos objetos para cuja obtenção dirigimos nossa energia, não haveria fundamento para a Economia Política como ciência” (BANFIELD, 1845, p. 11-12, tradução nossa).

Para Jevons (1988, p. 50), contudo, a utilidade, apesar de ser uma qualidade das coisas, não lhes é intrínseca. Por esse motivo, “jamais podemos, portanto, dizer de forma absoluta que determinados objetos têm utilidade e outros não [...] Tampouco podemos dizer [...] que todas as porções do mesmo bem possuem igual utilidade” (JEVONS, 1988, p. 50). Como parte do processo de incorporação da noção de utilidade marginal à teoria, Jevons (1988, p. 51) afirma que “a utilidade é medida pelo acréscimo feito ao contentamento de uma pessoa, ou é até mesmo idêntica a este de fato. Ela é um nome conveniente para o saldo total favorável de sentimento produzido”.

Robinson (2021, p. 44) aponta a circularidade da noção de utilidade: ao mesmo tempo que a utilidade das mercadorias leva as pessoas a desejá-las, o desejo dos indivíduos é o que lhes confere utilidade. Ademais, ao tomar como exemplo a percepção mais ou menos generalizada de que o vício em drogas é algo a ser combatido e que as crianças devem obrigatoriamente frequentar a escola, Robinson (2021, p. 46) demonstra que a escolha acerca de quais preferências devem ser respeitadas e quais devem ser interditas reflete, inevitavelmente, um julgamento moral. Além disso, o fato de o consumidor jevoniano ser “um indivíduo com um equipamento rígido, impermeável e insular de desejos e gostos” faz com que sejam excluídas do quadro geral interferências externas que não poderiam ser ignoradas, como a influência

da sociedade e da propaganda nas decisões de consumo (ROBINSON, 2021, p. 47, tradução nossa).

A faceta mais destacada da teoria da utilidade estaria, para Robinson (2021, p. 49), na legitimação do sistema de livre mercado, com a ideia de que, se cada pessoa for livre para gastar sua renda da forma que melhor lhe aprouver e se as empresas puderem dispor indiscriminadamente dos fatores de produção em sua busca pelo lucro máximo, a livre iniciativa se torna, então, o mecanismo por meio do qual a melhor ordem social possível é alcançada. Em suma, a teoria da utilidade “é uma ideologia para acabar com as ideologias, pois elimina o problema moral. A única coisa necessária para que o bem de todos seja atingido é que cada indivíduo aja de forma egoísta” (ROBINSON, 2021, p. 49, tradução nossa). Urbina e Ruiz-Villaverde (2019, p. 80) concordam com esta afirmação — à qual retornaremos mais adiante —, cujo teor smithiano abre caminho para que avancemos em nossa investigação.

O segundo sintoma ideológico de que trataremos aqui diz respeito ao pressuposto da racionalidade dos agentes econômicos. Em sua obra seminal, Jevons (1988, p. 37, grifo do autor) anuncia: “a teoria exposta aqui deve ser apresentada como a *mecânica da utilidade e do interesse individual*”. Adotados os princípios utilitaristas como condutores da ação humana e como principais matérias de estudo das ciências morais, “o objeto da Economia é a maximização da felicidade por meio da aquisição do prazer, equivalente ao menor custo em termos do sofrimento” (JEVONS, 1988, p. 38). Desse modo, em linhas gerais, é considerado racional o indivíduo que obedece a essa regra e busca aplicá-la em suas decisões.

Segundo Keita (1993, p. 62), o postulado da racionalidade está de tal sorte incorporado às formulações neoclássicas que é enunciado nos manuais da disciplina como verdade autoevidente. No entanto, assim como a palavra “bom”, o termo “racional” expressa um juízo de valor (KEITA, 1993, p. 65-66). Sua natureza seria, portanto, valorativa e não cognitiva. A conclusão que emana das observações de Keita (1993) é que temos, de um lado, a presença

do conteúdo ideológico na associação entre racionalidade e maximização de utilidade que constitui um dos pilares da economia neoclássica; de outro, a utilização dos resultados dos modelos neoclássicos como fundamentação para a formulação de políticas que visam assegurar a manutenção das estruturas do regime vigente.

Para Foley (2004, p. 2), a economia neoclássica conta a história de nosso tempo pela metade, com foco na ação de indivíduos supostamente racionais na conformação das instituições contemporâneas. No entanto, as contradições que emergem do choque entre os imperativos da racionalidade econômica e a realidade do comportamento observado na prática impõem uma série de desafios aos chamados cientistas econômicos (FOLEY, 2004, p. 3). Para ilustrar seu argumento, o autor menciona o construto teórico da racionalidade limitada, uma reação às inconsistências da premissa do comportamento racional na ausência dos elementos que caracterizam a concorrência perfeita (FOLEY, 2004, p. 3).

Na visão de Foley (2004, p. 8), como a sociedade de mercado é pautada pelo individualismo, o papel da teoria neoclássica é convencer os agentes de que as estruturas capitalistas resultam da ação de indivíduos dotados de uma racionalidade capitalista natural. Seria, portanto, inútil combatê-las. Foley (2004) argumenta no sentido contrário e afirma que a sociedade capitalista é que incute nos indivíduos, por meio de suas instituições, a racionalidade do *homo economicus*. Em síntese, com base em sua exposição, conclui-se que o substrato ideológico da noção neoclássica de racionalidade reside na defesa da tese de que somos capitalistas por natureza — o que remeteria, em última instância, ao caráter a-histórico da teoria econômica neoclássica.

Nesse sentido, lembremo-nos de que Smith (1996, p. 73) aponta “uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana [...] a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra”, tendência esta que teria, por sua vez, dado origem à divisão do trabalho e resultado, por fim, na afirmação do mecanismo de mercado como princípio organizador da atividade econômica e social. Polanyi (2000, p. 63), todavia, declara que “na verdade,

até a época de Adam Smith, essa propensão não se havia manifestado em qualquer escala considerável na vida de qualquer comunidade pesquisada”. Assim, é a instituição do mercado que estimula o surgimento de indivíduos afeitos à barganha e ao regateio, não o contrário (POLANYI, 2000, p. 79). Percebe-se, portanto, o tom polanyiano do argumento de Foley (2004).

Hosseini (1990, p. 81-82) critica a inconsistência das premissas da racionalidade econômica e do comportamento otimizador dos agentes e afirma que a transposição, iniciada por Smith e por outros iluministas escoceses, de princípios da física newtoniana para a esfera econômica culminou na simplificação excessiva do comportamento humano. O *homo economicus* cumpriria, então, nas formulações neoclássicas, o papel atribuído à gravidade no arcabouço newtoniano, qual seja, o de elemento universal que confere estabilidade ao sistema (HOSSEINI, 1990, p. 83). Aplicada à teia de relações econômicas e sociais, tal noção de ordenação perfeita levou à ideia de que a busca pela satisfação individual garantiria a harmonia social (HOSSEINI, 1990, p. 82). Nota-se a vocação utilitarista de tal alegação.

Após décadas de inovações e aperfeiçoamentos, os referidos pressupostos não apenas mantiveram sua função de pilares do edifício microeconômico, como também foram incorporados à teoria macroeconômica pelos novos clássicos (HOSSEINI, 1990, p. 84). No entanto, Hosseini (1990, p. 84) afirma que a falta de realidade das premissas que sustentam a teoria neoclássica fez com que esta adquirisse caráter puramente prescritivo. Destarte, o que emerge das elaborações neoclássicas é a expressão de um ideal de mundo: o mundo ajustado à concorrência perfeita (HOSSEINI, 1990, p. 84; BOURDIEU, 1998³). Tal conclusão entra em rota de colisão com a afirmação de inspiração maquiaveliana feita por Jevons (1988, p. 48) de que “na ciência econômica tratamos os homens não como deveriam ser, mas como são”.

³ A versão consultada não apresenta numeração nas páginas.

Segundo Finlayson *et al.* (2005, p. 516), apesar de suas fragilidades, a narrativa neoclássica permeia todas as esferas da sociedade, de modo que, em seus discursos e ações, os indivíduos tomam o aparato conceitual neoclássico como referência do que é socialmente aceitável. Como afirma Mészáros (2012, p. 59), “a ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma fortemente em todos os níveis, do mais baixo ao mais refinado”. Assim, o conhecimento gerado pelos economistas tem papel fundamental na modelagem e na geração de informações que orientam as condutas individuais e o funcionamento dos mercados, das empresas, dos governos e das instituições em geral (ATTALI; GUILLAUME, 1975, p. 17; BOURDIEU, 1998; FINLAYSON *et al.*, 2005, p. 517).

Há, aqui, algo que merece destaque: a permanência da noção de um mecanismo impessoal de ordenação da sociedade — a mão invisível de Smith — faz com que, no âmbito da teoria econômica neoclássica, as relações de poder sejam ocultadas (GALBRAITH, 1973, p. 2; FINLAYSON *et al.*, 2005, p. 518). Subjacente a essa visão está a idealização do mercado autorregulável, cujo pleno funcionamento, desde que livre de interferências externas, levaria a resultados sociais ótimos. Constatase, portanto, que a narrativa neoclássica, a despeito de sua pretensa neutralidade, “naturaliza e prescreve modos ótimos de organização social” (FINLAYSON *et al.*, 2005, p. 518, tradução nossa). Logo, a difusão do discurso dominante possibilita a manutenção e a defesa de uma determinada configuração social (FINLAYSON *et al.*, 2005, p. 519).

De onde vem, então, a legitimidade da lente econômica que oculta e revela aspectos da realidade e define aquilo que é possível no que tange à vida material e social de bilhões de pessoas (FINLAYSON *et al.*, 2005, p. 520)? Para os autores, trata-se da manifestação de um momento de hegemonia que se transpôs para as esferas ideológica, política e cultural, de modo que os blocos sociais mais influentes adquiriram a capacidade de definir o conjunto de noções e categorias que formam a consciência prática das pessoas (FINLAYSON *et al.*, 2005, p. 521). Tal afirmação remete à visão de Marx e Engels (2007, p. 48), para quem

[...] toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas.

Outrossim, de acordo com Mészáros (2012, p. 59), a incorporação da ideologia dominante às instituições culturais e políticas da sociedade representa uma vantagem para seus apoletas na tarefa de determinar os critérios legítimos de avaliação dos conflitos sociais, inclusive por meio da manipulação da linguagem.

Salta aos olhos a consonância entre a visão ora apresentada e a concepção de ideologia de Mannheim (1998, p. 52), Robinson (2021, p. 4) e Mészáros (2012, p. 65). Assim, disposta a lidar com os principais problemas de seu tempo (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p. 170-172), a teoria econômica neoclássica adquire uma feição ideológica e, uma vez que o discurso neoclássico determina as ideias socialmente aceitas, apenas ações e pensamentos tidos como racionais são considerados válidos — como vimos, na sociedade de mercado, a racionalidade está ligada à adoção generalizada de um modo de vida pautado pelo utilitarismo. Estão dadas, a partir daí, as diretrizes para a ação dos indivíduos no interior dos corpos sociais aos quais pertencem.

4. Argumentos em defesa da abordagem neoclássica

No intuito de defender o postulado da racionalidade, Bias *et al.* (2012, p. 12, tradução nossa) parafraseiam Winston Churchill: “a teoria da escolha racional talvez seja a pior metodologia de ciências sociais já inventada, com exceção de todas as outras”. Diante de uma série de objeções levantadas pelos adversários teóricos do *homo economicus* — como a inconsistência das ações dos agentes econômicos ao longo do tempo, o fato de que os indivíduos priorizam diversidade em vez de utilidade e o papel das emoções no processo decisório, entre outras —, Bias *et al.* (2012, p. 2) entendem que nenhuma das situações listadas promove a violação da premissa da racionalidade.

Lisboa (1997), por sua vez, tenciona proteger a totalidade da tradição neoclássica das críticas heterodoxas. A tática que adota é similar à de Bias *et al.* (2012), e consiste na tentativa de refutação das principais contestações apresentadas pelos críticos da ortodoxia. Há, entretanto, uma importante distinção entre os dois trabalhos: à diferença de Bias *et al.* (2012), Lisboa (1997, pp. 6-7) menciona a existência de uma vertente da crítica que, insatisfeita em questionar aspectos formais e metodológicos da chamada ciência econômica, aponta sua vinculação ideológica a um programa político liberal-conservador. Com certa ironia, o autor se pergunta: “há um projeto invisível, que controla e justifica a minha pesquisa, e que eu ignoro? Será que faço parte de um pacto inconsciente com Mefistófeles, que virá mais tarde reclamar o que lhe é de direito?” (LISBOA, 1997, p. 6).

Somos levados, então, a pensar que será discutido o elemento ideológico que habita o âmago da teoria neoclássica. Todavia, no que tange à premissa da racionalidade, Lisboa (1997, p. 13-19) se limita a apresentar argumentos puramente formais. Segundo o autor, o agente racional é aquele capaz de ordenar um conjunto de opções de acordo com relações de preferência, e não há incompatibilidade entre a hipótese da racionalidade e as possíveis inconsistências temporais refletidas nas escolhas dos indivíduos (LISBOA, 1997, p. 13-14). Ainda de acordo com sua interpretação, o agente toma decisões motivado por suas predileções e propensões, não com base em cálculos matemáticos sofisticados — os resultados destes apenas ratificam e coincidem com as escolhas feitas racionalmente (LISBOA, 1997, p. 16-17).

A mente de Lisboa (1997) parece operar no que Arida (1983, p. 17) classifica como “enfadonho par de opostos ciência/ideologia”, e a forma como aborda o tema da racionalidade garante que a discussão se desenvolva inteiramente dentro do quadro de referência neoclássico. Destarte, suas discussões metodológicas possuem a dupla função de assegurar-lhe o título de cientista e, de um só golpe, livrar-lhe do rótulo de apologeta. Porém, independentemente do grau de consciência com que o faz, Lisboa (1997) adere à tendência definida por Mészáros (2021, p. 104) como “racionalização

da ordem estabelecida em nome do ‘fim da ideologia’”. Em seu caso, isso se dá por meio da adoção do “sentido particular” de Mannheim (1998, p. 49), ou seja, da visão de que a ideologia consiste em um conjunto de disfarces retóricos empregados por membros ou estafetas de um determinado grupo de interesses.

Boland (1981, p. 1031) vai ainda mais longe ao afirmar que toda e qualquer tentativa de crítica à hipótese da maximização está fadada ao fracasso. Àqueles que apontam a incapacidade humana de coligir a totalidade das informações necessárias à construção de julgamentos bem-acabados, Boland (1981, p. 1032) responde que a coleta de provas por meio da indução não é indispensável à construção do conhecimento verdadeiro. Ademais, prossegue, há que se observar que o entendimento completo das variáveis envolvidas não é necessário para a formação de juízos acurados. Desse modo, o comportamento maximizador não pode ser descartado do ponto de vista lógico (BOLAND, 1981, p. 1032).

Em resposta às denúncias de que os consumidores não seriam necessariamente maximizadores e que, portanto, a hipótese da maximização padeceria de falta de aderência à realidade, Boland (1981, pp. 1032-1033) alega que aqueles que as fazem não são capazes de negar categoricamente a existência do indivíduo racional neoclássico. Assim, a autenticidade do agente maximizador não é passível nem de verificação nem de refutação (BOLAND, 1981, p. 1033). Consequentemente, “o pressuposto neoclássico da maximização universal poderia muito bem ser falso, mas, em termos lógicos, não podemos jamais esperar ser capazes de provar sua falsidade” (BOLAND, 1981, p. 1034, tradução nossa).

Se isso é verdade, como definir os parâmetros do que é cientificamente válido? Há, de um lado, aqueles que acreditam, como Arida (1983), que as teorias se enfrentam em uma espécie de livre mercado, e que as teses que provam sua superioridade por meio da retórica prevalecem sobre suas concorrentes. De outro, há os partidários da ideia de que a imiçção do paradigma neoclássico em todas as esferas dos discursos vigentes na sociedade,

amplamente atrelada às relações de poder que se desenvolvem nas interações entre os diversos grupos sociais, possui papel determinante no estabelecimento do que é aceitável do ponto de vista científico (MÉSZÁROS, 2012, p. 59; FINLAYSON *et al.*, 2005, p. 521).

O recado de Boland (1981, p. 1031) é claro: diante do fato de que nenhuma crítica lógica à racionalidade neoclássica pode ser bem-sucedida, a escolha sensata seria abster-se de fazê-las. No entanto, ao contrário de Lisboa (1997, p. 13-19), que conduz a discussão no âmbito do “cinturão protetor” de Lakatos (1998, p. 23-24) para preservar o postulado da racionalidade, Boland (1981, p. 1034, tradução nossa, grifo do autor) expõe a natureza metafísica da hipótese da maximização e declara que “afirmações metafísicas podem ser falsas, mas nós talvez nunca saibamos, pois elas são as premissas de um programa de pesquisa *deliberadamente tornadas imunes a questionamentos*”. Robinson (2021, p. 2-3) já havia apontado a impossibilidade da contestação de asserções desse jaez com base em argumentos lógicos.

De acordo com Weintraub (1985), o estatuto de cientificidade da teoria econômica neoclássica, em especial no que toca à teoria do equilíbrio geral, reside em sua adequação ao critério lakatosiano de demarcação científica. Weintraub (1985, p. 25) anuncia, então, a existência de um programa de pesquisa neowalrasiano, composto por um núcleo duro e por hipóteses que atuam na proteção da premissa da racionalidade. Keita (1997, p. 95), contudo, identifica uma lacuna nesse discurso: a omissão da necessidade de reavaliação periódica do conteúdo empírico da ciência em questão, etapa que pode levar ao progresso ou à degeneração do programa de pesquisa. Segundo Keita (1997, p. 95), o confronto entre as previsões neoclássicas e a realidade revela o fracasso da ortodoxia, precisamente pelo fato de que o pressuposto da racionalidade representa uma prescrição — não uma descrição — do comportamento humano. Tal conclusão se alinha à de Hosseini (1990, p. 84) e à de Finlayson *et al.* (2005, p. 518).

Para Becker (1976, p. 5), o que diferencia a chamada ciência econômica das demais ciências sociais não é seu objeto de estudo, uma vez que muitos

dos fenômenos analisados por áreas distintas são, com efeito, os mesmos. Segundo o autor, a diferença entre tais campos do conhecimento reside na abordagem adotada por cada um deles. Nessa perspectiva, a ciência econômica se caracteriza por assumir o comportamento maximizador de forma mais enfática que outras disciplinas (BECKER, 1976, p. 5). Esse ponto de vista é rechaçado por muitas correntes teóricas, que, relutantes em incorporar a interpretação economicista a esferas do comportamento que excedem a vida material, recusam-se a submetê-las à frieza do cálculo econômico (BECKER, 1976, p. 4).

Becker (1976, p. 8) afirma que a interpretação econômica se aplica a decisões dos mais variados tipos, importâncias e periodicidades, bem como àquelas que remetem, de um modo ou de outro, ao torvelinho de fins e motivações que constituem as experiências humanas, sejam elas individuais ou coletivas. Também seria possível, a partir do entendimento neoclássico, explicar as escolhas de quaisquer tipos de indivíduos: homens e mulheres, crianças e adultos, independentemente de seu nível intelectual, ocupação profissional e posição social. Destarte, a lente econômica serviria para analisar uma ampla gama de eventos, entre eles deliberações relativas a temas como fertilidade, casamento, interações sociais, usos alternativos do tempo etc. (BECKER, 1976, p. 8).

A principal razão para isso, de acordo com Becker (1976, p. 14, tradução nossa), é o fato de que “todo comportamento humano envolve participantes que maximizam sua utilidade a partir de um conjunto estável de preferências e acumulam uma quantidade ótima de informações e outros insumos em mercados variados”. Como podemos perceber, as pretensões de universalidade e atemporalidade contidas em suas afirmações remetem, em última instância, à raiz utilitarista — notadamente a-histórica, conforme demonstrou Myrdal (1990, p. 23-25) — da tradição neoclássica. Becker (1976, p. 8) não esconde esse traço de seu discurso, e resgata, em sua argumentação, a noção benthamita de que o cálculo do prazer e da dor são os principais governantes das ações, escolhas e pensamentos dos indivíduos.

Ainda assim, o decreto da primazia da abordagem econômica não representa uma tentativa de condenação dos demais campos do conhecimento ao obívio (BECKER, 1976, p. 14). Merquior (1982) demonstra, a seu modo, haver entendido a lição, e, com vistas à defesa do indivíduo neoclássico, procede ao exame de uma série de críticas feitas a ele por representantes de outras correntes das ciências sociais, que classifica como “inimigos jurados do *homo economicus*” (MERQUIOR, 1982, p. 23). Em sua visão, o referido sujeito não passa de um ente de razão, um seletor que sempre realiza escolhas conscientes no que tange às relações entre meios e fins — em síntese, um avaliador de custos de oportunidade (MERQUIOR, 1982, p. 24). Assim, diante das descrições que retratam o *homo economicus* como um ser marcado pela vileza e pela falta de nobreza, Merquior (1982, p. 24) insiste que é sua lucidez, e não a qualidade de seus objetivos, que o caracteriza.

Pouco nos interessa, todavia, a absolvição moral que Merquior (1982, p. 24) faz do tipo ideal que deseja proteger. Importa-nos mais a identificação de traços ideológicos em seu discurso, e, de acordo com o que entendemos como ideologia, é razoável supor que eles estão presentes. Em primeiro lugar, ao afirmar que “o *homo economicus* é, antes de tudo, o herói de Adam Smith e do cálculo ‘felicífico’ de Bentham”, Merquior (1982, p. 23) revela as tradições intelectuais que o alimentam. Como vimos, o utilitarismo — corrente que tem Bentham como figura de proa — é um dos componentes ideológicos que animam o corpo teórico neoclássico (MYRDAL, 1990, p. 23). Em diversas passagens de seu texto, Merquior (1982) evidencia essa relação e equipara a rejeição à racionalidade neoclássica a algo que poderia ser definido como um furor anti-utilitarista.

Ademais, ao pespegar no conjunto de objeções à racionalidade econômica a pecha de “ideologia economicida”, Merquior (1982, p. 26-27) adere à posição de que “o anti-economismo é muito mais postura ideológica do que o resultado de observação objetiva do mundo atual”. Seu pensamento leva à conclusão, à qual se opôs Foley (2004, p. 8), de que o comportamento maximizador de utilidade é inato ao ser humano, não uma construção social

que orienta as ações dos indivíduos na sociedade — visão esta contida na analogia entre instinto e ideologia de Robinson (2021, p. 6-8). Isso fica mais perceptível em sua descrição da lógica econômica como “potencialidade natural do agir humano”, ou quando se espanta com a denúncia de Louis Dumont da existência de uma “ideologia econômica”, algo que considera uma contradição nos termos (MERQUIOR, 1982, p. 30).

A exaltação de Merquior (1982, p. 31) ao indivíduo racional e autocentrado resulta na determinação da racionalidade econômica como força motriz do processo social. Isso explica seu assombro ao constatar que, “com a escola de Cambridge, o pensamento economicista consegue sua mais bela proeza: chegar a vencer a lógica do econômico no seio da própria teoria econômica!” (MERQUIOR, 1982, p. 30). Nesse contexto, além de enaltecer a resistência do agente maximizador diante dos ataques dirigidos a ele por correntes anti-utilitaristas e anti-individualistas, o autor destaca que a perspectiva econômica deve ser defendida em virtude de “sua conexão, histórica e atual, com o inestimável conjunto das liberdades modernas⁴” (MERQUIOR, 1982, p. 31). Diante de tantas prescrições referentes à organização da vida em sociedade, quem poderia negar que o pensamento de Merquior (1982) e de seus companheiros na apologia do *homo economicus* está repleto de ideologia?

5. Considerações finais

Dada a vastidão do tema que este trabalho se propôs a examinar, já era esperado que restassem, ao final da investigação, muitas perguntas em aberto. Com efeito, sequer nos parece sensato afirmar que nossa apuração tenha efetivamente chegado ao fim. O caminho que percorremos é apenas um entre vários possíveis, e, de nossa parte, mantivemos sempre em mente

⁴ Arendt (2014, p. 195) atribui a essa visão o nome de “credo liberal”, concepção segundo a qual a vida econômica e uma série de atividades aparentemente não políticas — como ensino, religião e atividades culturais e intelectuais — seriam o locus da verdadeira liberdade.

o aviso de Robinson (2021, p. 23) sobre as dificuldades inerentes ao estudo que nos dispusemos a fazer. Ainda assim, gostaríamos de usar esta circunstância a nosso favor e, sem a intenção de esgotar o tema, explorar algumas indagações que poderiam advir da reflexão sobre os tópicos discutidos aqui.

Poderíamos, por exemplo, perguntar: quais os motivos e as consequências da atribuição — típica da teoria neoclássica — do mesmo tipo de racionalidade para indivíduos e empresas? Nessa perspectiva, vale refletir sobre o “empresário de si mesmo”, denominação dada por Foucault (2008, p. 311) ao indivíduo cuja existência se define em termos da competição com seus semelhantes. E quanto à teoria da escolha pública, que, no século XX, transpôs a abordagem econômica para a análise dos fatos concernentes às ações de políticos e agentes públicos? Por esse ângulo, Wacquant (2012) mostra como a articulação contemporânea entre Estado, mercado e cidadania caminha no sentido da reestruturação do primeiro para garantir que o segundo se imponha como referência para a organização social.

Pensemos um pouco mais. Se tomarmos como verdadeira a afirmação de Polanyi (2000, p. 77) de que “uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado”, uma conclusão possível é a de que o ajuste do mundo real ao ideal neoclássico só pode se dar ao custo de uma grande desarticulação social, com a conseqüente substituição de práticas e valores consolidados pelos ditames do mercado. Assim, exposta a contradição entre as duas doutrinas que supostamente defendem, o que teriam a dizer aqueles que orgulhosamente se apresentam como “liberais na economia e conservadores nos costumes”?

O que os tipos mencionados acima teriam a declarar sobre a disseminação generalizada do utilitarismo na sociedade ocidental? Ora, o motivo pelo qual Becker (1976, p. 8) acredita que a abordagem econômica se aplica a diversas áreas da vida humana é justamente o fato de que, quando agem e decidem em suas vidas reais, os indivíduos o fazem com vistas à maximização da utilidade — noção esta que, segundo Jevons (1988, p. 51), equivale ao acréscimo de prazer obtido. Como aqueles que dizem lutar pela preservação

da civilização judaico-cristã e, ao mesmo tempo, apoiam a adaptação do mundo aos moldes neoclássicos esperam restringir o impulso utilitarista às decisões de natureza econômica? Como tencionam manter o princípio da maximização do prazer afastado de áreas da vida como a sexualidade, as relações familiares e as questões espirituais, entre outras?

Poderíamos adotar outra linha investigativa e indagar: estaria Benjamin (2015, p. 23) errado ao afirmar que “o capitalismo é uma religião puramente de culto, desprovida de dogma”? Seria absurdo dizer que a teoria neoclássica desempenha esse papel em relação à ordem capitalista? Nesse sentido, refletimos sobre a visão de Robinson (2021, p. 19, tradução nossa, grifo nosso), para quem “a ciência econômica não é *apenas* um ramo da teologia”. Ou ainda: se, como demonstrou Myrdal (1990, p. 25), o baixo senso de historicidade que caracteriza a teoria econômica faz com que ela apresente suas premissas como condições universais e atemporais, quão invasiva é a adoção de princípios neoclássicos por sociedades com características distintas daquelas nas quais a teoria neoclássica se desenvolveu? Nesse cenário, qual a nova feição do problema da liberdade?

Destarte, o núcleo constitutivo do arcabouço neoclássico consiste em um conjunto de noções e categorias que, de um lado, reproduzem a estrutura total do pensamento de grupos dominantes em uma determinada época, e, de outro, constituem a base a partir da qual indivíduos, comunidades, empresas e governos tomam suas decisões e moldam seus comportamentos. Levada em conta a constatação de Laval (2020, p. 42) de que é pelo meio em que vivem que os indivíduos se tornam governáveis, bem como a descrição fornecida por Finlayson *et al.* (2005, p. 522) da socialização como promotora da dominação consensual das massas, os mecanismos de ajustamento do mundo real ao ideal neoclássico ganham contornos mais nítidos.

Assim, em uma sociedade pautada pelo utilitarismo e pelo individualismo, os economistas que desejarem ter nas mãos algo além de uma sofisticada justificativa ideológica devem assumir postura compatível com sua autopromulgada posição de cientistas e se submeter aos mecanismos institucionais

que buscam detectar e corrigir erros nas ciências sociais. Isto requer a abertura a questionamentos — inclusive aqueles oriundos de outras vertentes do pensamento econômico e de outros campos do conhecimento — que não se limitem a aspectos teóricos superficiais, mas contemplem, também, elementos basilares da teoria.

Referências

- ARENDDT, Hannah. Que é liberdade? *In: Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- ARIDA, Pêrsio. *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*. Texto para discussão, 1983.
- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. *In: Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- ATTALI, Jacques; GUILLAUME, Marc. *A Antieconomia: uma crítica à teoria econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Decisions and nondecisions: An analytical framework. *American political science review*, v. 57, n. 3, p. 632-642, 1963.
- BANFIELD, Thomas Charles. *Four Lectures on the Organization of Industry: Being Part of a Course Delivered in the University of Cambridge in Easter Term 1844*. R. and J.E Taylor, 1845.
- BECKER, Gary S. *The economic approach to human behavior*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.
- BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BIAS, Peter V.; SMITH, Patrick L.; JANSSON, Hanna. In Defense of the Rationality Assumption. *In: Conference Paper*, July, 2012, p. 1-16.
- BLOCH, Harry. The language of pluralism from the history of the theory of price determination: Natural price, equilibrium price and administered price. *Metroeconomica*, 2022.
- BOLAND, Lawrence A. On the futility of criticizing the neoclassical maximization hypothesis. *The American Economic Review*, v. 71, n. 5, p. 1031-1036, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. O neoliberalismo, utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites. *In: Contrafogos, táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FINLAYSON, Alan Christopher et al. The "Invisible hand": neoclassical economics and the ordering of Society. *Critical Sociology*, v. 31, n. 4, p. 515-536, 2005.
- FOLEY, Duncan K. Rationality and ideology in economics. *Social Research*, p. 1-10, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GALBRAITH, John Kenneth et al. Power and the useful economist. *American Economic Review*, v. 63, n. 1, p. 1-11, 1973.
- HOBSON, John Atkinson. *Imperialism: A Study*. New York: Cosimo, 2005.
- HOSSEINI, Hamid. The Archaic, the Obsolete and the Mythical in Neoclassical Economics: Problems with the Rationality and Optimizing Assumptions of the Jevons-Marshallian System. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 49, n. 1, p. 81-92, 1990.
- JEVONS, William Stanley. *A teoria da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, 3.^a edição.
- KEITA, Lansana. Neoclassical economics: science or ideology?. *Quest: An International African Journal of Philosophy*, v. 7, n. 1, p. 57-77, 1993.
- _____. Neoclassical Economics and the Last Dogma of Positivism: Is the Normative-Positive Distinction Justified?. *Metaphilosophy*, v. 28, n. 1-2, p. 81-101, 1997.
- LAKATOS, Imre. Science and pseudoscience. *In: CURD, Martin; COVER, Jan A. Philosophy of science: The central issues*. W.W Norton & Company, 1998, p. 20-26.
- LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- LISBOA, Marcos de Barros. A miséria da crítica heterodoxa: primeira parte: sobre as críticas. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 1, n. 2, p. 5-64, 1997.

- MANNHEIM, Karl. *Ideology and utopia*. London and Henley: Routledge, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MERQUIOR, José Guilherme. Guerra ao homo oeconomicus. *Revista do Serviço Público*, v. 39, n. 4, p. 23-31, 1982.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MYRDAL, Gunnar. *The political element in the development of economic theory*. London and New York: Taylor & Francis, 1990.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, 2.^a edição.
- ROBINSON, Joan. *Economic philosophy*. London and New York: Routledge, 2021.
- ROTHSCHILD, Kurt W. Economic imperialism. *Analyse & Kritik*, v. 30, n. 2, p. 723-733, 2008.
- RUBIN, Isaak Ilich. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2014.
- SCHUMPETER, Joseph A. Science and ideology. In: HAUSMAN, Daniel M. (Ed.). *The philosophy of economics: An anthology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. *An outline of the history of economic thought*. Oxford: OUP Oxford, 2005.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- URBINA, Dante A.; RUIZ-VILLAVARDE, Alberto. A critical review of homo economicus from five approaches. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 78, n. 1, p. 63-93, 2019.
- WACQUANT, Loïc. Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism. *Social anthropology*, v. 20, n. 1, p. 66-79, 2012.
- WEINTRAUB, E. Roy. Appraising general equilibrium analysis. *Economics & Philosophy*, v. 1, n. 1, p. 23-37, 1985.